



ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Alfredo Gaspar de Mendonça Neto
Presidente

Antônio Arcippo de Barros Teixeira Neto
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Antiógenes Marques de Lira
Vicente Félix Correia
Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Denise Guimarães de Oliveira

Luiz Barbosa Carnaúba
Walber José Valente de Lima
Dilmar Lopes Camerino
Eduardo Tavares Mendes
Marcos Barros Méro
Luiz de Albuquerque Medeiros Filho

Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Lean Antônio Ferreira de Araújo
Dennis Lima Calheiros
José Artur Melo
Valter José de Omena Acioly

Procuradoria Geral de Justiça

Despachos do Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS EM EXERCÍCIO, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU NO DIA 28 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 246/2020.

Interessado: Diretoria de Pessoal da PGJ.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação e fl. 11, evoluam os autos à DP, para ciência, arquivando-se em seguida na DPO.

Proc: 361/2020.

Interessado: Secretaria Especial de Saúde Indígena – Alagoas e Sergipe.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Pedido de cessão de servidor. Informação da Diretoria de Apoio Administrativo, Reconhecimento da determinação de carência em razão do afastamento do servidor. Impossibilidade jurídica. Aplicação subsidiária do art. 96, § 4º da Lei nº 5.241/91, em nova redação dada pela Lei nº 5700, de 16 de junho de 1995 e do art. 3º do Decreto Estadual nº 36.618, de 24 julho de 1995. Pelo indeferimento”. Cientifique-se o interessado. Em seguida, archive-se.

Proc: 363/2020.

Interessado: Dra. Maria Marluce Caldas Bezerra, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Tendo em vista a informação de fl. 6, deixo de acolher os pedidos constantes na inicial. Cientifique-se. Em seguida archive-se.

Proc: 397/2020.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. Lavre-se a necessária portaria. Cientifique-se o interessado via e-mail institucional. Em seguida, archive-se.

Proc: 481/2020.

Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao Dr. Humberto Pimentel Costa, responsável pela interlocução com o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para as providências cabíveis, com a urgência que o caso requer.

Proc: 507/2020.

Interessado: Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Tendo em vista a informação de fl. 5, oficie-se conforme requerido.



Proc: 510/2020.

Interessado: Assessoria de Cerimonial desta PGJ.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. À Assessoria de Comunicação deste Ministério Público para divulgação, com remessa de traslado, via e-mail funcional, a todos os membros e servidores.

Proc: 531/2020.

Interessado: 63ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Preliminarmente, remeta-se cópia dos autos à ESMP. Em seguida, à DP para informar.

Proc: 534/2020.

Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao Dr. Humberto Pimentel Costa, responsável pela interlocução com o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para as providências cabíveis, com a urgência que o caso requer.

Proc: 535/2020.

Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da identidade de objeto, junte-se ao Proc. 481/2020.

Proc: 02.2018.00003369-4.

Interessado: TRIBUNAL DE JUSTIÇA - GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO - GMF.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ciente. Retornem os autos à 12ª Promotoria de Justiça da Capital para adoção das medidas previstas no art. 5º da Resolução CNMP n. 174, de 4 de julho de 2017.

Proc: 02.2018.00004765-5.

Interessado: MINISTÉRIO DA FAZENDA - COAF.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2019.00000358-2.

Interessado: BANCO DO NORDESTE S.A..

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2019.00003931-5.

Interessado: Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao Gaeco para se manifestar, voltando.

Proc: 02.2019.00004434-0.

Interessado: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GIRAU DO PONCIANO.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2019.00004839-1.

Interessado: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2019.00005716-8.

Interessado: NÚCLEO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - CAOP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Arquive-se.



Proc: 02.2020.00000463-7.

Interessado: Secretaria Geral - TJAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito.

Proc: 02.2020.00000540-3.

Interessado: Núcleo de Defesa da Saúde Pública - MPAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Arquive-se.

Proc: 02.2020.00000745-6.

Interessado: 4ª Vara de Palmeira dos Índios/Criminal - TJAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, com a seguinte ementa: "Inquérito policial. Estelionato na forma tentada. Pedido de arquivamento pelo Ministério Público de 1º grau. Ausência de análise do mérito pelo magistrado. Impossibilidade de exame do caso à luz do art. 28 CPP. Pela devolução ao Juízo de origem". Remeta-se cópia dos autos ao interessado. Em seguida, archive-se.

Proc: 02.2020.00000940-0.

Interessado: Anônimo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de São Luiz do Quitunde-AL, precedida de traslado à Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe-AL e à 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo-AL.

Proc: 02.2020.00000954-3.

Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral em Alagoas -

Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Promotoria de Justiça com atribuições perante à 3ª Zona Eleitoral de Alagoas.

Proc: 02.2020.00001014-0.

Interessado: 4º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2020.00001015-0.

Interessado: Conserg Serviços e Engenharia Ltda..

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2020.00001030-6.

Interessado: Direção-Geral - TJAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao Subprocurador-Geral Judicial.

Proc: 02.2020.00001032-8.

Interessado: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2020.00001035-0.

Interessado: Direção-Geral - TJAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao Subprocurador-Geral Judicial.

Proc: 02.2020.00001037-2.

Interessado: Direção-Geral - TJAL.



Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Subprocurador-Geral Judicial.

Proc: 02.2020.00001057-2.
Interessado: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2020.00001058-3.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao órgão de origem informando acerca do teor do Ato PGJ nº 01/2020.

Proc: 02.2020.00001059-4.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao órgão de origem informando acerca do teor do Ato PGJ nº 01/2020.

Proc: 02.2020.00001060-6.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao órgão de origem informando acerca do teor do Ato PGJ nº 01/2020.

Proc: 02.2020.00001061-7.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao órgão de origem informando acerca do teor do Ato PGJ nº 01/2020.

Proc: 02.2020.00001062-8.
Interessado: Promotoria de Justiça de Junqueiro - MPAL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao órgão de origem informando acerca do teor do Ato PGJ nº 01/2020.

Proc: 02.2020.00001064-0.
Interessado: Promotoria de Justiça de Junqueiro - MPAL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao órgão de origem informando acerca do teor do Ato PGJ nº 01/2020.

Proc: 02.2020.00001066-1.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao órgão de origem informando acerca do teor do Ato PGJ nº 01/2020.

Proc: 02.2020.00001089-4.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao interessado informando acerca do teor do Ato PGJ n. 01/2020.

Proc: 02.2020.00001090-6.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao interessado informando acerca do teor do Ato PGJ n. 01/2020.

Proc: 02.2020.00001124-9.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Ao Conselho Superior do Ministério Público.

Proc: 02.2020.00001128-2.



Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao interessado informando acerca do teor do Ato PGJ n. 01/2020.

Proc: 02.2020.00001129-3.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao interessado informando acerca do teor do Ato PGJ n. 01/2020.

Proc: 02.2020.00001130-5.
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ciente. Retornem os autos ao interessado informando acerca do teor do Ato PGJ n. 01/2020.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 28 de fevereiro de 2020.

Marcondes Batista Ayres
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Portarias

PORTARIA PGJ nº 131, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 446/2020, RESOLVE designar o servidor EDUARDO ALEXANDRE RODRIGUES, Técnico do MP – Especialista em Tecnologia da Informação, para exercer a Função Gratificada de Chefe da Seção de Suporte ao Usuário em Tecnologia da Informação (símbolo FG-1), do Quadro desta PGJ, durante as férias do designado Fabrício Malta Oliveira, no período de 07 a 21 de fevereiro do corrente ano, com efeitos retroativos.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 132, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. DÉNIS GUIMARÃES DE OLIVEIRA, Promotor de Justiça substituto, de 1ª entrância, para responder pela 47ª Promotoria de Justiça da Capital, até ulterior deliberação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

Distribuição Processual

Distribuição da Procuradoria Geral de Justiça

Ao(s) 28 dia(s) do mês de fevereiro o funcionário competente do setor de Distribuição PGJ encaminhou, até as 13h30, os seguintes processos abaixo relacionados:

Processo: 02.2020.00001107-1
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJAL
Natureza: Remete cópia dos autos ao MPAL para averiguação de ato de improbidade administrativa
Assunto: Autos nº 0804429-19.2018.8.02.0000



Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00001136-0

Interessado: Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) - TJAL

Natureza: Encaminha Processo SAI 2018/14145

Assunto: Despacho/Ofício nº 032/2020-GMF

Remetido para: 51ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2020.00001137-1

Interessado: Central Única dos Trabalhadores em Alagoas - CUT

Natureza: ATIVIDADES DO DIA 08 DE MARÇO e DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Assunto: Ofício SG/CIR. 014-2020

Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00001138-2

Interessado: 4º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL

Natureza: Declínio de Atribuição. Notícia de Fato 1.11.001.000080/2020-14, para providências.

Assunto: Notícia de Fato 1.11.001.000080/2020-14

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00001141-6

Interessado: Ativa Serviços Gerais Ltda.

Natureza: Requer certidão de onde conste os números de todos os processos ativos e/ou arquivados no CNPJ de 2009 a 2019

Assunto: Requerimento

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Subprocuradoria Geral Administrativo Institucional

Despachos do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2020, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 391/2020

Interessado: Dr. Romulo de Souto Crasto Leite – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo antecipação de férias regulamentares.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 424/2020

Interessado: Shock Engenharia.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, fl. 11, archive-se.

Proc: 437/2020

Interessado: Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo férias.

Despacho: Defiro a concessão de férias. Vão os autos à Diretoria de Pessoal para registrar o gozo das férias regulamentares do ano de 2020, período aquisitivo de 2019, agendadas para o mês de fevereiro. Comunique-se ao interessado. Em seguida, archive-se.

Proc: 449/2020

Interessado: Dr. Márcio José Dória da Cunha – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo férias.

Despacho: Defiro a concessão de férias. Vão os autos à Diretoria de Pessoal para registrar o gozo das férias regulamentares do ano de 2020, período aquisitivo de 2019, agendadas para o mês de julho. Comunique-se ao interessado. Em seguida, archive-se.



Proc: 465/2020

Interessado: Dr. Carlos Tadeu Vilanova Barros – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo adiamento de férias regulamentares.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 489/2020

Interessado: Dra. Lídia Malta Prata Lima – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo concessão de férias regulamentares.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 495/2020

Interessado: Dr. Fernando Padilha Alves – Promotor de Justiça.

Assunto: Solicitando licença médica.

Despacho: Considerando o art. 65 da Lei Complementar nº 15/1996, defiro a licença requerida. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 498/2020

Interessado: Dr. Carlos Davi Lopes Correia Lima – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo licença paternidade.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Direito constitucional. Licença funcional por paternidade. Direito fundamental social. Concessão a servidor público. Incidência do Art. 7º, inciso XIX c/c o art. 39, § 3º, e art. 10, § 1º do ADCT, todos da Constituição Federal, do art. 49, inciso VII, da Constituição do Estado de Alagoas, bem como do art. 58, inciso XIX, da Lei Complementar nº 15/96. ‘Programa de prorrogação de paternidade’. Aplicação do ato normativo PGJ nº 8/2016. Pelo deferimento da pretensão, sugerindo a notificação da parte interessada e ulterior remessa dos autos à DP, para as providências que o caso requer.”

GED: 20.08.0279.0000041/2020-33

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação desta PGJ.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1290.0000028/2020-60

Interessado: Gerson Justino dos Santos.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 28 de Fevereiro de 2020.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA

Assessora de Gabinete do Ministério Público de Alagoas

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Portarias

PORTARIA SPGAI nº 116, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED nº 20.08.0279.0000041/2020-33, RESOLVE conceder em favor de JONATHAN DO NASCIMENTO MATOS, Técnico do Ministério Público – Especialista em Tecnologia da Informação, portador do CPF nº 053.548.944-76, matrícula nº 825712-4, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por meia diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 77,47 (setenta e sete reais e quarenta e sete centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Traipu, no dia 12 de fevereiro do corrente ano, para realizar serviço de instalação e configurações de equipamentos de informática na Promotoria de Justiça de Traipu, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público. Natureza de despesa: 339014 – Diárias, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.



MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 117, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED nº 20.08.0279.0000041/2020-33, RESOLVE conceder em favor de JORGE ANTÔNIO DOS SANTOS, motorista, portador do CPF nº 819.469.108-72, matrícula nº 82618-2, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por meia diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 77,47 (setenta e sete reais e quarenta e sete centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Traipu, no dia 12 de fevereiro do corrente ano, para realizar serviço de condução de servidor à Promotoria de Justiça de Traipu, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público. Natureza de despesa: 339014 – Diárias, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 118, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED nº 20.08.1290.0000028/2020-60, RESOLVE conceder em favor de GERSON JUSTINO DOS SANTOS, Assessor de Logística e Transporte, portador do CPF nº 040.574.854-06, matrícula nº 8255092-1, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por ½ (meia) diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 77,47 (setenta e sete reais e quarenta e sete centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Coruripe, no dia 19 de fevereiro do corrente ano, para prestar serviço de condução e deslocamento de membro do MPE/AL, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público. Natureza de despesa: 339014 – Diárias, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Escola Superior do Ministério Público

Portarias

PORTARIA ESMP/AL nº 23 DE 27 de Fevereiro de 2020

O VICE-DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 03/12, resolve desligar do programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas” o(a) prestador(a) de serviço voluntário MARIA VICTORIA CANUTO SALGUEIRO CURSIO, com efeitos retroativos a 28/10/2019.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
Promotor de Justiça
Vice-Diretor da ESMP-AL



Diretoria Geral

Seção de Contratos

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2018

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Diplomata Terceirização em Geral Eireli (CNPJ nº 04.803.820/0001-72).

Do Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do contrato de prestação de serviços continuados de copeiragem, recepção, encanador, eletricista de baixa tensão, jardineiro, marceneiro e auxiliar de almoxarifado para atendimento nas dependências das unidades do Ministério Público do Estado de Alagoas, nº 35/2018, face o acréscimo de quantidade para atendimento das demandas do órgão, correspondente a um aditivo de 2,71% do valor originário do contrato, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-3246/2019.

Do Valor: O valor do aditivo do contrato é de R\$ 16.254,88 (dezesesseis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos); O valor total do contrato passa a ser de R\$ 616.429,00(seiscentos e dezesesseis mil, quatrocentos e vinte e nove reais).

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, suprarreferido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da assinatura: 28 de fevereiro de 2020.

Signatários: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício); Priscila Jacinto da Silva (Representante legal da Contratada).

Gina Alencar Medeiros

Seção de Elaboração e Acompanhamento de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2020

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: A. de Gusmão Lyra Neto Eireli (CNPJ nº 17.532.856/0001-00).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e instalação e desinstalação, a ser realizada em equipamentos condicionadores de ar dos tipos split, janela, centrais e demais dispositivos, pertencentes aos diversos sistemas de climatização existentes no Ministério Público do Estado de Alagoas, incluindo materiais de limpeza e reposição de peças, conforme especificações técnicas, quantidades, valores unitários e totais constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 17/PGJ/2019 e respectivos anexos.

Fundamentação legal: Pregão Eletrônico nº 17/PGJ/2019, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Ato Normativo nº 06, de 29 de agosto de 2005, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e disposições constantes no processo nº PGJ/AL-913/2019.

Valor: R\$ 42.061,23 (quarenta e dois mil, sessenta e um reais e vinte e três centavos).

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato poderão correr à conta de dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, incluída no PPA 2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das atividades do Ministério Público, natureza da despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros: pessoa jurídica.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura.

Data da assinatura: 4 de fevereiro de 2020.

Signatários: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício); Aristheu de Gusmão Lyra Neto (Representante legal da Contratada).

Gina Alencar Medeiros

Seção de Elaboração e Acompanhamento de Contratos

Promotorias de Justiça

Atos diversos

RESENHA

O 22º cargo da Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por intermédio da Promotora de Justiça abaixo assinada, vem, nos termos do art. 5º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientifica aos



interessados a adoção de providências nos feitos a seguir nominados: PU 02.2020.00007501-1 – Interessado: 22ª Promotoria de Justiça da Capital – Objeto: Requerimento de atuação conjunta - Decisão: Diante do exposto, indefiro a instauração de notícia de fato, nos termos do § 4º, art. 4º, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público; PA 09.2019.0001596-7 – Interessado: Perícia Oficial do Estado de Alagoas – Objeto: Pedido de providências – Decisão: Diante do exposto, determino o arquivamento dos presentes autos, nos termos do art. 4º, I, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Comunique-se o teor deste despacho ao Conselho Superior do Ministério Público; IC 06.2019.00005227-0 – Interessado: Ministério Público Estadual – Objeto: Notícia de irregularidades – Decisão: Diante do exposto, não caracterizada a prática de fato que enseje qualquer providência do Ministério Público, determino o arquivamento do presente inquérito civil, nos termos do art. 10 da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do § 1º do referido artigo. Após, remetam-se os autos ao Conselho Superior do Ministério Público à luz do § 1º do art. 10 da Resolução 23 do CNMP.

Norma Sueli T. De M. Medeiros
Promotora de Justiça